



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10284 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

Movimentos associativistas e sindicais docentes maranhenses em tempos da transição democrática brasileira (1985-1986)

Carlos Bauer - UNINOVE / PPGE - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

Vanessa Pereira Amorim de Sousa - UNINOVE / PPGE - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

Movimentos associativistas e sindicais docentes maranhenses em tempos da transição democrática brasileira (1985-1986)

Resumo

Lançando mão de fontes primárias provenientes de matérias jornalísticas, fotografias, entrevistas e documentos sindicais, a proposta de comunicação tem como objetivo reconstruir os caminhos de luta política dos professores públicos maranhenses, de forma crítica e contextualizada, além de trazer à tona alguns aspectos da trajetória histórica da formação e da consolidação do movimento docente no Maranhão, identificando as condições objetivas e subjetivas que desencadearam as mobilizações contra o patronato governamental. Esse movimento paredista foi deflagrado em 1º de novembro de 1985, com adesão de perto de cem por cento da categoria pertencente aos quadros da rede estadual de ensino e contou com o destacado papel da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA) na urdidura e no desenvolvimento desse significativo instante histórico educacional.

Palavras-chave: Associativismo. Sindicalismo. História da Educação. Maranhão.

Introdução

A pesquisa acerca do movimento político dos trabalhadores em educação da rede pública estadual maranhense traz contribuições para a construção e o alargamento temático da história da educação brasileira. Seu objetivo é reconstruir, de forma crítica e contextualizada, aspectos da trajetória histórica da formação e da consolidação do movimento docente no Maranhão, identificando as condições objetivas e subjetivas que desencadearam mobilizações

contra o patronato governamental, desde a criação da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), até sua transição para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA).

Diante da escassez de estudos analíticos sobre o movimento associativista e sindical de professores maranhenses identificamos a necessidade de levantar acontecimentos históricos, mas reconhecemos que tal carência dificulta o estabelecimento de relações mais gerais entre o contexto micro e macroestrutural, entre o fato histórico narrado e as demais lutas, passadas e contemporâneas, travadas pelos trabalhadores da educação pública que atuam nessa unidade da federação.

O SINPROESEMMA é uma entidade ligada à educação pública e, na atualidade, o maior sindicato do Maranhão, assim, advogou-se que se faz necessário refletir sobre seu percurso, marcado por histórias de lutas do magistério público, como a primeira greve desses professores num contexto político de grande efervescência no país, refletido em todas as unidades federativas com reflexos no enfrentamento ao conturbado governo de Luiz Rocha, nos anos de 1985 e 1986.

A APEMA foi criada em 29 de junho de 1976, após a participação de uma delegação de professores no XII Congresso Nacional de Professores, organizado pela Confederação de Professores do Brasil (CPB), realizado na cidade de Curitiba, no período de 31 de janeiro a 07 de fevereiro de 1976. Os registros sobre a entidade são parcos, contudo, da sua criação até o período de mudanças operadas na estrutura sindical nacional, quando deixou o modelo associativista para o sindical, em 1989, tem-se observado incongruências em seu caráter combativo.

Nesse período a conjuntura política maranhense foi marcada por relações de caráter oligárquico culminando num sindicalismo de pouca expressão numérica e, politicamente, atrelado ao Estado. (BORGES, 2008, p. 81)

Os funcionários públicos estaduais constituíam a maior categoria, mas, segundo Borges (2008, p. 85), “além do veto legal à sua organização sindical, padeciam de desarticulação política aguda e de difícil superação, agravada pelos padrões clientelistas de recrutamento para os empregos públicos”.

Lutas empreendidas no período de transição democrática

Em assembleia realizada no dia 05 de outubro na sede da APEMA, os professores decidiram realizar uma passeata no dia 10 de outubro de 1985 e, na oportunidade, entregariam à secretária de educação um documento oficial da entidade contendo as reivindicações da categoria, sendo que as principais eram a concessão do piso salarial de três salários mínimos; o cumprimento do Art. 18 e 19, do Estatuto do Magistério que regia sobre o incentivo financeiro; enquadramento dos professores contratados pela Lei nº 4.277/81; reforma do Estatuto do Magistério; estabilidade no exercício do serviço público; hora-aula a 3,5% do salário-mínimo, dentre outras. (*O Imparcial*, p.5, 06 out. 1985)

O ato do dia 10 de outubro contou com mais de mil professores que, gritando palavras de ordem, partiram em direção a Secretaria de Educação, e diziam: “um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos que Luiz Rocha viva com trezentos mil”. A secretária de educação, Leda Tajra, recebeu a notificação associativista e chegou a conversar com os professores, mas não deu nenhum posicionamento sobre os seus reclamos. (*O Imparcial*, p. 2, 11 out. 1985)

Finalmente, em 1º de novembro de 1985, a greve foi deflagrada com adesão perto de cem por cento dos professores da rede de ensino público estadual da capital maranhense. E, segundo o *Jornal Pequeno*, o número de professores paralisados chegou a 40 mil distribuídos por todo o Estado (*Jornal Pequeno*, p. 2, 01 nov. 1985).

Por conta dos seus compromissos políticos e financeiros com o governo estadual, parte da imprensa criticou o movimento docente lançando notas em tom de censura e sobre os “prejuízos” causados pela situação instaurada. Por outro lado, a professora Maria Dolores Silva, destacou a relevância do movimento em entrevista concedida

[...] essa greve foi importante porque ela teve uma repercussão muito grande. Na época a repressão era muito grande, a repressão por conta da ditadura militar, mas, essa greve, ela conseguiu aparecer na imprensa. A imprensa era uma imprensa voltada para os interesses do Estado Ditatorial na época. Mas, ela conseguiu fazer a imprensa discutir, não sei se discutir, mas, pelo menos informar, fazer informações diárias dessa greve. (Entrevista concedida em 15/01/2016)

No dia 06 de novembro, um ato com 10 mil professores foi realizado no centro de São Luís, posteriormente, em caminhada ao Palácio dos Leões, os grevistas foram impedidos de avançar por tropas de choque da Polícia Militar, conforme corrobora com o depoimento da docente Raimunda Rilma Melo de Carvalho

[...] a polícia vinha de lá do Palácio pra cá. Aí eu não me lembro [...] ele disse assim: - Senta todo mundo no chão em silêncio, aí todo mundo ficou sentado no chão; aí a polícia ficou assim... todo mundo sentado lá no chão, aí de repente, não sei quem foi, começou a cantar o hino nacional. (Entrevista concedida em 20/01/2016)

No dia seguinte, questionada, pela redação de *O Imparcial* sobre a situação da greve, a educadora e presidente da APEMA, Lucimá Góes, assegurou que o movimento estava crescendo visto que muitas cidades estavam informando, por intermédio de telefonemas, a adesão. Declarou ainda que a APEMA havia enviado telegrama ao presidente Sarney pedindo mediação junto ao Governo Estadual. Isso pode explicar a chegada de Roseana Sarney para o papel de mediadora entre o Governo e a APEMA. (*O Imparcial*, p.1, 19 nov. 1985)

Embora o movimento tivesse obtido força e expressão, em assembleia realizada 14 de novembro, a categoria ao tomar conhecimento da reunião entre o comando de greve e o governador Luiz Rocha, interrompeu a paralisação. Sarney chegaria ao Maranhão, e os representantes do governo garantiram viabilizar recursos federais, solicitando que a comissão da APEMA intercedesse junto à categoria por uma “trégua” ou, mesmo, um “voto de confiança”.

Matérias veiculadas pela imprensa asseguram que a suspensão da paralisação foi efetivada no dia 15 de novembro, e não agradou boa parte do professorado.

O desfecho

Em assembleia os professores decidiram não iniciar o ano letivo e formaram o comando de greve com 21 docentes. O Governo do Estado ameaçava cortar o ponto assegurava que a greve era ilegal. Os professores, por outro lado num gesto de ousadia, ocuparam a Secretaria de Estadual de Educação por algumas horas.

As lutas empreendidas pela APEMA tinham a predominância dos interesses econômico-corporativas da categoria que representava. Contudo, é preciso reconhecer que na sociedade do capital, essas questões estão imbuídas de fortes componentes políticos e sociais, como também conceber que esse viés apontava para despertá-los para o processo de constituição de uma consciência política classista que se faz na cotidianidade das experiências

socialmente produzidas (THOMPSON, 1987).

A greve ultrapassava 45 dias, os professores se revezavam num acampamento erguido em frente ao Palácio dos Leões. O andamento do movimento paredista era crítico, desgastante e os professores não tinham como obter novas fontes de renda. O corte do ponto fez com que a categoria começasse a retornar às salas de aula, enquanto alguns poucos resistentes lutavam para convencer o professorado a não retroceder. Com a greve às vésperas de atingir dois meses a imprensa começou a divulgar notas amedrontarias sobre um possível processo de demissão em massa do professorado. (*O Imparcial*, p. 1, 09 abr. 1986)

Uma nova mesa de negociação foi realizada. Desta vez, Lucimá Góes esteve presente, acompanhada do deputado Gervásio Santos e o representante do órgão do trabalho, Paulo Marinho. A contraproposta que pôs fim ao movimento foi de um aumento de 22,4%, mas esse percentual chegou a ser maior durante as mesas de negociação, na casa dos 33%; formação de uma comissão paritária para reformulação do Estatuto do Magistério; e suspensão das demissões.

Na entrevista que nos foi concedida por Lucimá Góes, questionamos sobre os motivos do fim da paralisação. Para a líder do associativismo docente maranhense,

[...] o governador era uma pessoa muito grosseira, não queria nem chegar perto da gente, ele inclusive suspendeu salários na época, e a greve acabou porque nós tivemos informações seguras de ameaças de demissão de muita gente, e as pessoas já não tinham um salário que prestasse, ainda mais demitido?! [...] não havia um olhar sobre a questão da categoria, do professor enquanto professor, das necessidades deles, dos problemas dele, não, era muita política. E eu sei que a greve foi sustentada muito pela oposição, e depois eu vi que as pessoas que se manifestavam eram mandadas de alguém, e eu vi que isso não era bom para o movimento. (Entrevista concedida em 24/01/2016)

Muitas críticas foram publicadas fazendo referência ao fim do movimento paredista. E, de fato, após 54 dias de greve os professores acabaram retornando ao trabalho sem conquistar o que motivou a maior greve no serviço público maranhense até aqueles dias realizada em sua história.

Considerações

Aqueles que clamam pelos vereditos e pelos ensinamentos históricos deveriam estar cientes de que Clio não nos oferece lições tranquilizadoras, mas pode nos ajudar a compreender as repercussões do passado em nosso próprio presente, como também contribuir na superação das visões idealizadas que se produzem a seu respeito, como por exemplo, quando no campo educacional se afirma que as condições do trabalho docente eram melhores e mais favoráveis ao exercício de sua autonomia e liberdade de cátedra nos dias idos do que na atualidade, desconsiderando a materialidade histórica e dialética que demonstram que os processos de precarização e proletarização do trabalho docente são extremamente remotos na sociedade brasileira.

É possível perceber, ainda, que a participação ativa da APEMA, nos eventos da CPB fortaleceram as relações entre as entidades. Lucimá Góes, nesse período fazia parte da diretoria executiva dessa confederação como vice-presidente da Região Nordeste I, e, em nome da associação, procurava estar presente em todos os eventos nacionais. Por outro lado, algumas querelas, inclusive, se formaram a esse respeito provocando insatisfação entre o

professorado, argumentavam ser antidemocrático o processo de escolha dos delegados.

Outro aspecto que requer notoriedade reside na elevação da consciência política da entidade evidenciada pelo interesse em promover discussões pautadas nas questões educacionais e políticas nacionais. Ao analisar as programações de eventos realizados pela APEMA, é possível notar que em seus primórdios havia uma centralidade nos debates em torno dos problemas locais.

As greves de 1985 e 1986, da rede pública estadual no Maranhão, se apresentam como inéditas devido a algumas características particulares inexistentes nos movimentos que haviam eclodido no estado até então. A participação espontânea de professores da rede estadual atuantes nos vários municípios fortaleceu o movimento. Os debates, antes centralizados nos problemas locais, agora se mostravam em sua abrangência nacional, exigindo-lhes tanto a compreensão e o posicionamento diante das políticas educacionais, quanto das táticas e comportamentos sindicais que passariam a ser compreendidos como importantes para o avanço dos movimentos docentes.

Referências

BORGES, Arleth Santos. **PT Maranhão 1982 – 1992: origens, organização e governos municipais**. São Luís: EDUFMA, 2008. 270p.

SILVA, Robson S. C. **O Sindicalismo Docente da Educação Básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato**. Tese de doutorado, UNB, 2013.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária – v. 1. A árvore da liberdade. – v. 2. A maldição de Adão. – v. 3. A força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Fontes

(sem autoria): A NOVA ASSOCIAÇÃO DO MARANHÃO. *O Imparcial*, São Luís, 14 out. de 1976, p. 4.

(sem autoria): Professores exigem aumento. *O Imparcial*, 06 out. 1985, p.5

(sem autoria): Professores em passeata até os Leões. *O Imparcial*, 07 nov. 1985, p.1

(sem autoria): Passeata monstro dos professores para numa barreira de policiais. *O Imparcial*, 07 nov. 1985, p.1

(sem autoria): O apelo de dez mil barrados na praça. *O Imparcial*, 07 nov. 1985, p.2

(sem autoria): Professores “assinam ponto” e avaliam os 12 dias de greve. *O Imparcial*, 09 nov. 1985, p.7

(sem autoria): Professores também tem estômago. *O Imparcial*, 12 nov. 1985, p.7

(sem autoria): Mestres em compasso de espera. *O Imparcial*, 12 nov. 1985, p.7

(sem autoria): Suspensa a greve dos professores por dez dias. *O Imparcial*, 14 nov. 1985, p.5

(sem autoria): Só o medo de represália acaba greve. *O Imparcial*, 14 nov. 1985, p.7

(sem autoria): Professores retomam as aulas. *O Imparcial*, 19 nov. 1985, p.1

(sem autoria): Professores em Greve Geral. *Jornal Pequeno*, p. 1, 03 nov. 1985;

(sem autoria): *Jornal Pequeno*, p. 2, 01 nov. 1985.

(sem autoria): *APEMA apud Jornal Pequeno*, p. 2, 10 nov. 1985.

(sem autoria): *Jornal Pequeno*, p. 3, 07 nov. 1985.

(sem autoria): *O Estado do Maranhão*, p. 7, 17 nov. 1985.

(sem autoria): *Jornal Pequeno*, p. 3, 07 nov. 1985.

(sem autoria): *Jornal Pequeno*, p. 6, 10 mar. 1986.

SILVA, Maria Dolores. Entrevista concedida em 15 jan. 2016.

CARVALHO, Raimunda Rilma Melo de. Entrevista concedida em 20 jan. 2016.

GOES, Lucimá. Entrevista concedida em 24 jan. 2016.